

A MULHER HAMBURGUENSE NO JORNAL O 5 DE ABRIL NOS ANOS 1930

Claudia Schemes¹
Ester de Araujo Cypriano²

Resumo

Este artigo procura identificar a situação da mulher na cidade de Novo Hamburgo nos anos 1930. Buscaremos identificar, também, o contexto histórico do município e a situação da mulher no período citado. A fonte de pesquisa utilizada será o jornal O 5 de Abril, que será analisado através da metodologia da Análise de Conteúdo.

Palavras-chave: mulher; jornal O 5 de Abril; Novo Hamburgo.

Introdução

Esta pesquisa tem como temática a mulher hamburguesa dos anos 1930 no jornal O 5 de abril de Novo Hamburgo.

Consideramos importante trabalharmos essa questão, pois a história da mulher é pouco valorizada pela historiografia em geral e também local. Há pouca bibliografia que trata do gênero feminino na cidade de Novo Hamburgo e as fontes de pesquisa são escassas.

Os objetivos desse artigo são identificar como a mulher era vista pela sociedade e/ou aparecia no jornal; identificar a história da cidade nesse período e resgatar a história da mulher dos anos 1930, além de compará-la com as informações obtidas pelo periódico.

A metodologia utilizada será a Análise de Conteúdo (Bardin, 1995), que consiste na leitura dos jornais, na definição das categorias de análise e na análise das matérias sobre o nosso objeto de estudo.

A mulher no Brasil

A participação da mulher na história brasileira não teve uma grande relevância durante os períodos colonial e imperial, foi com a República que ela começa, aos poucos, a ter visibilidade.

A participação feminina na política brasileira, de uma maneira mais intensa, apresentou-se a partir da de 1919, quando, depois de uma greve de 30 mil trabalhadores do setor têxtil em São Paulo e interior, milhares de mulheres e crianças reivindicaram jornada de trabalho de oito horas e igualdade salarial entre os sexos.

¹ Doutora em História, professora dos cursos de graduação de História e Moda e do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. Pesquisadora do grupo Cultura e Memória da Comunidade.

² Acadêmica do curso de Moda e bolsista Cnpq do grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade.

A luta pelo direito feminino ao voto continuou durante as três primeiras décadas do século passado, e esse movimento contou com a presença, principalmente, de mulheres das classes média e alta que tinham maior acesso à educação e que pertenciam a famílias mais abastadas e instruídas. As manifestações femininas tornaram-se cada vez mais presentes na sociedade brasileira da época e, como afirma Teles (1999, p.44), “a década de 20 foi privilegiada no que diz respeito às lutas e propostas de mudança. A república dos coronéis não dava mais conta da ebulição social e política do país”.

Entretanto, essas lutas estavam muito mais ligadas a algumas mulheres que se destacavam pela sua inserção na intelectualidade da época, como foi o caso de Bertha Lutz, um dos nomes mais importantes do feminismo no país.

Ainda na década de 20, foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922), a qual impulsionou ainda mais a luta da mulher pelo voto, além disso, a organização objetivava promover a sua educação, elevar o nível de instrução feminina, proteger mães e crianças, conquistar garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino, enfim, assegurar às mulheres direitos políticos e sua integração social efetiva. O I Congresso Internacional Feminista foi realizado no Rio de Janeiro nesse mesmo ano, sendo ambos os movimentos liderados por Bertha Lutz, um dos principais nomes do feminismo brasileiro.

Segundo Pinto (2003), a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se dava a partir da luta pelo voto, porque elas encontravam respaldo e respeito entre os membros da elite e da conservadora classe política brasileira. Portanto, era “um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais” (PINTO, 2003, p.26).

A presença das mulheres na vida política tornava-se cada vez maior. Na revolução constitucionalista de 1932, em São Paulo, duas mulheres tiveram importante papel: a professora paulista Maria Iguassiba, que combateu na linha de fogo, e Maria Emília Leonel, presidente da Cruz Vermelha, que levava mensagens do campo de batalha para o QG central responsável pelo movimento.

A mulher adquiriu o direito de votar e ser votada pelo Código Eleitoral de 1932, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas. Com essa conquista, muitas mulheres se candidataram à Constituinte de 1934, mas apenas a médica Carlota Pereira de Queiroz foi a eleita a primeira deputada federal por São Paulo. A nova constituição tinha vários artigos que beneficiavam a mulher, dentre eles a regulamentação do trabalho feminino, a igualdade

salarial, a jornada de trabalho de oito horas, a licença-maternidade de dois meses e a proibição de demissão por gravidez.

Embora o governo Vargas tenha proporcionado um maior acesso das mulheres na sociedade e rompido uma série de preconceitos, o papel da mulher não despertava consenso. O grupo católico fazia restrições à emancipação feminina, pois a considerava uma ameaça à estabilidade familiar.

Nesse mesmo período, foi fundada a União Feminina, em 1935, a qual fazia parte da ANL (Aliança Nacional Libertadora), partido ligado aos socialistas que tinha por objetivo derrubar o governo Vargas. Com o golpe de Estado de Vargas, em 1937, a luta feminina incorporou-se à luta de todo o povo, que estava resistindo à ditadura e defendendo a democracia.

Segundo Schwartzman (1984), o governo Vargas interferiu na luta pela emancipação feminina implantando o Plano Nacional de Educação de 1937 que previa a criação de um ensino específico para as mulheres, o “ensino doméstico”, que tinha como objetivo prepará-las para a vida de dona-de-casa e incentivar sua “missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade [...]” (SCHWARTZMAN, 1984, p.109).

Depois dessa proposta de ação educativa a disciplina de economia doméstica foi implantada definitivamente nas escolas secundárias como “educação feminina”, sendo que as associações católicas prestaram “inestimável contribuição” a esse tipo de ensino que se destinava a “dar às mocinhas [...] formação complementar que possa facilitar-lhes no futuro o acesso a boas colocações, tornando-se ao mesmo tempo boas donas-de-casa e mães de família” (IBIDEM, p. 110).

Alguns anos mais tarde, em 1939, Getúlio Vargas propôs um “estatuto de família” que, dentre outras questões previa a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Dizia o estatuto que “não poderão as mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina, e dentro dos estritos limites da convivência familiar.” Para parte da Igreja Católica, a mulher que trabalhava fora “funcionária ou operária, ou não é mãe, ou não é boa mãe, ou não é boa funcionária” (Pe. Leonel França, apud Schwartzman, 1984, p.113).

Para Schwartzman (1984), estas restrições impostas ao trabalho feminino estavam relacionadas à idéia vigente da completa divisão de papéis e de responsabilidade dentro do casamento. Um dos artigos do estatuto dizia que: “Às mulheres será dada uma educação que

as torne afeiçãoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa.”

A *Revista Feminina*, publicação que circulou no Brasil entre 1915 e 1925, foi um dos instrumentos mais fortes de perpetuação do comportamento conservador que a sociedade impunha ao sexo feminino. Para Maluf & Mott (1998, p.373), “o dever ser das mulheres brasileiras nas três primeiras décadas do século foi [...] traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matizes de reformistas e que acabou por desumanizá-las como sujeitos históricos.”

Para Besse, apud Bruschini (1990, p.6), no final da década de trinta, as discussões a respeito do papel da mulher na sociedade diminuíram, e as relações de gênero tinham mudado o suficiente para acomodar as realidades da sociedade urbano-industrial que se impunha, “mas não o suficiente para balançar as bases patriarcais da cultura brasileira, pois o viés da educação das mulheres assegurava que elas continuassem subordinadas aos homens.”

Essas transformações pelas quais a mulher passou desde as primeiras décadas do século XX no Brasil geraram inúmeras discussões a respeito do seu papel, pois ela deixou a esfera do privado – seu lar, sua família-, e buscou engajamento na esfera do público, ou seja, queria ter os seus direitos.

Cabe salientar, conforme nos informa Chalhoub (2001), que nem todas as mulheres eram submissas e tinham sua vida restrita ao lar, pois as mulheres trabalhadoras não possuíam os rígidos padrões comportamentais dominantes de docilidade, passividade ou “mulher-vítima”. Para o autor, as relações materiais de vida determinavam uma relação homem-mulher “bipolarizada”, com uma maior divisão de poder entre eles.

Entretanto, o que percebemos foi que a entrada da mulher no mercado de trabalho remunerado “criou uma divisão sexual do trabalho na esfera pública que espelhava e reforçava a divisão sexual do trabalho na família.” Já que esta tinha se tornado menos rígida hierarquicamente, mas “não menos importante como uma instituição para controlar a sexualidade das mulheres e preservar as relações de classe” (Besse, apud Bruschini, 1990, p.6).

Nesse sentido, Rago (1987, p.63) diz que o próprio movimento operário nas primeiras décadas do século XX no Brasil, que era liderado pelos homens, atuou no sentido de “fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar.”

O modelo de comportamento feminino determinou as suas opções profissionais, ou seja, elas poderiam optar entre ser professoras primárias, enfermeiras, domésticas, operárias, costureiras, telefonistas, datilógrafas.

A cidade de Novo Hamburgo

Novo Hamburgo, a partir dos anos 1920 caracterizou-se por seu discurso modernizante que se fez sentir com mais força no ano de 1927, quando o município emancipou-se de São Leopoldo. Essa modernização vinha ao encontro do desenvolvimento econômico que a cidade vinha experimentando desde o início do século XX com o crescimento de suas indústrias, principalmente na área coureiro-calçadista.

Depois de emancipado, o município ansiava pela sua modernização, conforme é possível observar no jornal local por meio de inúmeras matérias que criticavam uma infraestrutura em desalinho com o progresso industrial e com o novo *status* político da cidade. Novo Hamburgo, no final dos anos 1920 e nos anos 1930, apresentou algumas mudanças significativas na sua infraestrutura (tratamento e abastecimento de água, calçamento, esgoto, organização de praças), principalmente em relação ao seu planejamento urbano, visto que somente dessa forma alcançaria o progresso.

Entretanto, para a modernidade ser alcançada, o passado tinha de ser superado e o espaço urbano totalmente remodelado. Cabe destacar que progresso humano era considerado sinônimo de progresso material, dessa forma, todo o passado colonial tinha que ser destruído e a cidade deveria renovar principalmente sua arquitetura (SELBACH, 2006).

Outra frente que tinha que ser atacada em prol do progresso urbano era a questão da limpeza pública, que era considerada um dos principais sinais de civilidade. Como podemos ver em matéria do jornal O 5 de Abril:

[...] as ruas são, por assim dizer, as salas de visitas de uma localidade [...] e si acontece chegar um visitante qualquer e esbarrar em todos os lugares públicos com montes de cisco, cascas de frutas espalhadas pelos passeios, sarjetas entupidas por detritos e exalando mau cheiro, não será muito lisonjeira a impressão que daqui levará; Enquanto as nossas vias de transito não passavam de simples estradas rurais, completamente abandonadas, pouco se notavam essas irregularidades, mas agora que a municipalidade manda nivelar, alinhar e sargentá-las, derrubados os velhos plátanos, plantados sem ordem nem simetria, verifica-se uma completa modificação em seus aspecto geral e qualquer trapinho ou detrito, que em tempo não vão longe, não passaria despercebido nos fere desagradavelmente a vista. Sabemos perfeitamente que não é a má vontade, a causa que leva muitos moradores da nossa vila atirarem para a rua o lixo das casas, mas unicamente um velho hábito , um antigo uso, e certo estamos que basta a publicação do edital para acabar de vez com esse abuso (Jornal O 5 de Abril, 14/06/1929, p.7).

A reestruturação do espaço urbano local passava pela modernização do sistema de transporte. Até 1915, a cidade contou com uma linha de bonde que ligava o centro aos bairros mais distantes, com “carros de praça”, quando o serviço de bonde foi suspenso, com alguns

automóveis e, a partir de 1918, com uma linha de ônibus entre Novo Hamburgo e Porto Alegre. Entretanto, o meio de transporte que causava mais sensação era o aéreo, pois representava a materialização de uma nova tecnologia, como se pode perceber no relato da passagem do dirigível Zeppelin pela cidade:

Passavam cerca de 15 minutos das 13 horas, quando, finalmente, divisava-se a longo o gigantesco ‘pássaro prateado’, prorrompendo a multidão em grande manifestação de entusiasmo. Lentamente, o ‘Graf Zeppelin’ ia vencendo a grande distância e, pelas 13,30 horas rumava para esta vila. Nesta altura, um dos aviões que o foram encontrar, despistou a grande aeronave, que, por isso, voltou, sem mesmo cruzar a parte central desta vila. Foi muito sentido que o imponente dirigível, quando já ia em território hamburguês, não cruzou a zona principal deste município, onde teve início a colonização alemã do Estado, há 110 anos, e onde, em Hamburgo Velho, ergue-se, majestoso o belo monumento em homenagem aos pioneiros dessa grande obra de colonização (Jornal O 5 de Abril, 09/11/1934, p.6).

O aspecto negativo dessa modernização também foi salientado pelo Jornal local, pois os veículos que eram adquiridos e que simbolizavam *status* a seus proprietários foram os responsáveis por inúmeros acidentes:

Correria de automóveis principalmente nas ruas macadamizadas, onde os senhores *chauffeurs*, sem nenhuma consideração para com os transeuntes e com risco de graves acidentes, abrem a descarga dos motores de seus veículos, correndo loucamente, sem sequer fonfonarem nos bifurcamentos das ruas (Jornal O 5 de Abril, 10/01/1930, p.5).

As novas tecnologias, entretanto, não se faziam sentir no lazer cotidiano, pois, com exceção do cinema, a cidade pouco tinha a oferecer ao cidadão comum. Além de alguns espetáculos teatrais, circos que se instalavam na praça central e que sempre estavam com suas lotações esgotadas, corridas de cavalo e clubes de ciclistas que organizavam passeios aos domingos.

Como visto, o projeto da modernidade da cidade de Novo Hamburgo já vinha sendo promovido desde o seu movimento emancipacionista, que pode ser considerado a primeira iniciativa da formação de uma identidade moderna para a cidade, pois foi a série de acontecimentos relacionados à emancipação que fez com que a comunidade sentisse a necessidade de afirmar-se em contraposição ao município sede, São Leopoldo.

A mulher no jornal O 5 de Abril: alguns exemplos

Para analisarmos a situação da mulher hamburguesa nos anos 1930, nós olhamos todos os jornais desta década, buscando os locais e/ou sessões do periódico nos quais a mulher aparecia.

Num primeiro momento percebemos que as mulheres eram citadas principalmente na parte social, ou seja, nos anúncios de aniversários, nascimentos, falecimentos, bailes de formatura. Além dessas sessões, havia alguns anúncios que falavam das mulheres, oferecimento de serviços na sessão classificados e alguns poucos artigos que falavam sobre o gênero feminino ou eram escritos por mulheres.

Os anúncios de aniversário eram muito semelhantes aos que vemos hoje nos jornais, com uma lista de pessoas e a sua data de nascimento. Os de falecimento também são muito parecidos na forma e conteúdo.

Já os anúncios de formatura chamavam a atenção em função do texto que seguia a sua chamada. Segundo nota publicada no dia 08 de dezembro de 1933 sobre a formatura das alunas do Colégio Santa Catarina, nas “rodas sociais”, que se acredita que sejam formadas por homens, “procura-se resolver a crise política e financeira”, mas nos colégios “educam-se brasileiras que irão formar a nova mentalidade, que é a base do desenvolvimento e prosperidade de um país”. Percebe-se que às mulheres era designado o papel de professoras, profissão típica do gênero feminino, enquanto aos homens cabiam as decisões políticas e econômicas, conforme podemos ver no anúncio abaixo:

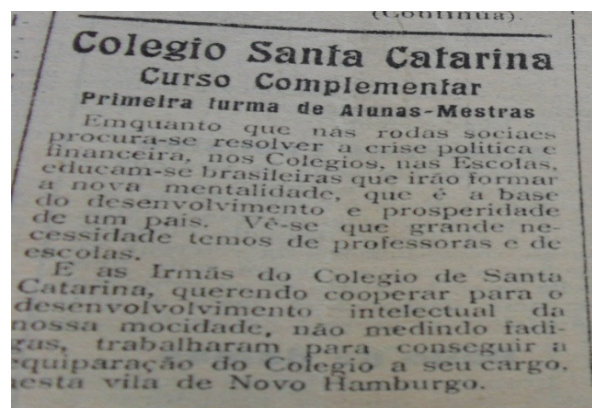


Imagem 1 - Anúncio Colégio Santa Catarina
Fonte: Jornal O 5 de Abril, 08/12/1933

Os serviços oferecidos pelas mulheres eram de aulas, de serviços médicos, consertos, bordados, cartomante, parteira, dentista, costureiras, etc. Muito dos anúncios classificados eram escrito em alemão e português e, às vezes, eram publicados dois anúncios iguais, um em cada língua. Na imagem a seguir podemos observar um anúncio bilíngue de uma médica e nos chama a atenção o fato de que “todas as operações de alta cirurgia serão praticadas aqui pelo Dr. Benjamino Giorgi”, o que pode significar que as questões mais complexas são resolvidas pelos homens, enquanto que as mulheres ficam com os casos mais fáceis.



Imagem 2 – Anúncio Margarida Trümper Nauer
Fonte: Jornal O 5 de Abril, 13/10/1933

Um artigo intitulado “Mulheres que fumam” saiu no jornal no ano de 13 de novembro de 1931 e falava sobre o hábito do fumo pelas mulheres. Segundo o artigo, as mulheres fumavam porque “era moda” e ele era bastante irônico dizendo que “a boca de quem fuma, por mais bonita, mais tratada, mais beijável que seja, deixa por algum tempo um cheiro forte” e, além disso, diz que as mulheres “manejam o cigarro” sem a mesma graça com que “faziam tantas outras coisas”, deixando implícita a ideia do que seriam essas “outras coisas”. O texto termina dizendo: “deixemos que o modernismo avance, e de cigarrinho na boca, enquanto não vem o cachimbo”.

A matéria intitulada “Como ellas se defendem”, chamou-nos a atenção, mais uma vez, pelo caráter reivindicatório do conteúdo. Na matéria foi transcrita uma carta de uma mulher que reclamava dos homens que fumavam nas sessões de cinema, o que a incomodava demais e que ela achava uma tremenda falta de educação. O autor da matéria concorda com a leitora do jornal e pede para os donos do cinema tomar alguma atitude. O interessante nesse caso é que a mulher não se sujeita com uma situação e luta para fazer valer sua vontade.

Considerações finais

Com base nas informações obtidas ao longo da produção deste artigo podemos tirar uma série de conclusões, tanto a partir dos autores pesquisados como a partir das reportagens analisadas.

Tendo em vista as referências à mulher no jornal 5 de abril nos anos 1930, podemos ver claramente uma diferenciação entre o papel da mulher e do homem na sociedade da época. Enquanto as mulheres apareciam significativamente mais em colunas sociais, homens geralmente eram assunto de reportagens mais sérias.

Pode-se notar também em anúncios de divulgação de serviços que à mulher se designava muito mais papéis historicamente ligados a feminilidade, como o de professora e governanta. Mesmo quando ligado a outras áreas o papel da mulher era geralmente o de coadjuvante, como na área da saúde, por exemplo.

No entanto, também é digno de nota que existem diversas reportagens que abordam o fato da mulher estar se "modernizando" ao passar a ter alguns hábitos que antes eram ligados apenas ao homem da época. Normalmente essas reportagens tratavam deste assunto com um tom de reprovação.

Contudo percebemos que se a mulher de 1930 ainda tinha um papel de coadjuvante talvez ela não estivesse mais tão conformada com esta situação.

Referências

- BRUSCHINI, Cristina. *Mulher, casa e família*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Vértice, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: Fernando Novais & Nicolau Sevcenko. *História da Vida Privada no Brasil*. Vol.3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- SCHEMES, Claudia. *Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo.(1901 - 1935)*. Porto Alegre. 2006. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, 2006.
- SCHWARTZMAN, Simon et alii. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/EDUSP, 1984.
- SELBACH, Jeferson. *Pegadas Urbanas – Novo Hamburgo como palco do flâneur*. Cachoeira do Sul: Ed. Do Autor, 2006.
- TELLES, Maria A. *A Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.